

A matemática de professores das séries iniciais no século XIX e a região de Vassouras (RJ)

Lucia Maria Aversa Villela; Universidade Severino Sombra, lucivillela@globo.com

Resumo

O presente texto filia-se ao estudo histórico das práticas pedagógicas e busca vestígios da cultura escolar vivenciada na região de Vassouras, na década de 1880. Toma como fontes a legislação vigente no século XIX para as escolas elementares e privilegia duas provas de *arithmetic* e *systema de medidas* organizadas pela Câmara Municipal de Vassouras, usadas em seleção de professores dessa década. Estes últimos documentos pertencem ao Arquivo Público da Secretaria Municipal de Educação de Vassouras (APSMEV) e estão sobre a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seção existente nesse Município, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um estudo do Projeto *A Matemática do Ensino Primário em Vassouras, RJ: analisando um século de provas de alunos (1869-1969)*, que toma como categoria o conceito de *cultura escolar* e busca responder à questão: que mudanças envolvendo finalidades, metodologia e conteúdos do ensino de matemática podem ser lidos a partir das provas de alunos e professores?

Introdução

Produzir história da educação matemática em nível elementar é altamente pertinente dado a escassez de trabalhos na área, não só no Brasil como em outros países. Como exemplo, temos o caso francês:

Se a história do ensino primário do Francês tem sido bem explorada, a do ensino de matemática não suscitou ainda a mesma atenção. À exceção de alguns estudos especializados, as pesquisas efetuadas até esta data trataram, sobretudo, do ensino secundário ou do superior. De fato, é forçoso considerar que, no nível primário, a história da disciplina não foi ainda estudada em sua globalidade, nem em sua longa duração (D'Enfert, 2003, p.13)

Desde o segundo semestre de 2010, motivados por achados no Arquivo Público de Vassouras – RJ e enquanto participantes do Grupo de Pesquisa Educação Matemática, Cultura e Cidadania, da Universidade Severino Sombra (GPEMCC/ USS), vemos desenvolvendo o Projeto *A Matemática do Ensino Primário em Vassouras, RJ: analisando um século de provas de alunos (1869-1969)*. Tem por objetivo principal analisar a educação matemática presente no ensino de primeiras letras nesse Município no interior do Estado do Rio de Janeiro, priorizando o período compreendido entre 1869 e 1969. Considera-se como problema de pesquisa a questão: que mudanças envolvendo finalidades, metodologia e conteúdos do ensino de matemática podem ser lidos a partir dessas provas?

O acervo mencionado, que é constituído por provas de alunos e de seleção de professores, mapas de frequência, relatórios de trabalhos realizados e inventários, pertence à Secretaria Municipal de Educação (APSMEV) e está sobre a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), seção de Vassouras, RJ. Há também outras fontes disponíveis nessa seção do IPHAN, tais como coletânea de jornais locais. Tudo isso, somado a

legislações e possíveis outras fontes disponíveis em outros espaços, nos permitirão levantar vestígios sobre a atividade escolar, a dinâmica de cotidianos passados nas escolas elementares.

Esse grande projeto subdivide-se em outras pesquisas, envolvendo alunos e professores da USS que atuam nos cursos de Licenciatura em Matemática e Mestrado Profissional em Educação Matemática e conta, enquanto membro externo, com a participação do Prof Dr Wagner Rodrigues Valente, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Como produção no âmbito desse projeto, o presente texto filia-se ao estudo histórico das práticas pedagógicas e busca vestígios da cultura escolar vivenciada na região de Vassouras, na década de 1880. Como fontes privilegiadas, temos três provas de matemática usadas na seleção de professores municipais para atuar junto às séries iniciais, aplicadas nesse período e nessa região.

O lugar do historiador

Trata-se da escrita de uma história da educação matemática, com o olhar voltado para dentro da escola de primeiras letras. Rejeitando uma história externalista da educação, presa apenas ao mundo das ideias pedagógicas, toma-se por base a concepção de *cultura escolar* de Dominique Julia, que a considera como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (2001, p. 10). O historiador Julia nos lembra a impossibilidade de estudá-la “sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (idem).

Isto mostra a acuidade com que se deve desenvolver tal trabalho junto às fontes a fim de buscar os vestígios de tempos passados. Por outro lado, também dimensiona a importância dos achados do Arquivo Público de Vassouras, RJ, dado sua raridade, e de cotejá-las com outros documentos, fundamentais para a escrita de uma história da educação matemática no ensino primário.

Vassouras: origem e importância sócio-econômica-cultural

Situada na região centro-sul fluminense do Vale do Rio Paraíba do Sul, a cidade de Vassouras é hoje, além de local de turismo histórico, uma pólo universitário. Dista cerca de 120km do centro da cidade do Rio de Janeiro, 51km de Paraíba do Sul e 56km de Volta Redonda. Difere em extensão da Vassouras do século XIX, uma vez que a essa pertenciam vários outros dos atuais município vizinhos.

Os primeiros registros históricos referentes a esta região datam de fins do século XVII, quando Garcia Rodrigues Paes, filho mais velho do bandeirante Fernão Dias Paes, ao “abrir um novo caminho das Minas para o Rio de Janeiro [...] chegou à Roça do Alferes, no alto do morro denominado São Paulo, em 1700” (Medeiros, 2002, p. 18). Esta nova estrada – o Caminho Novo de Minas – foi

construída entre 1698 e 1704 e atendia às necessidades da Coroa Portuguesa a fim de melhor escoar para os portos da baixada fluminense os minerais extraídos em Minas Gerais, uma vez que o Caminho Velho “através do porto de Parati, a sudeste do Rio, revelou-se insatisfatória” (Stanley Stein apud Medeiros, 2002, p. 18). “Durante todo século XVIII, inúmeras vias alternativas ao Caminho Novo vão sendo abertas, todas, inicialmente, com a finalidade de encurtar distâncias” (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2004, p. 8) e uma dessas variantes foi o chamado Caminho Novo do Tinguá.

Por esta época, aquelas terras eram habitadas pelos índios Coroados, forma como “os colonizadores designavam várias tribos brasileiras, de diferentes famílias, por rasparem a cabeça a maneira de coroa” (Sylvio Adalberto, 2002). Estes nativos ofereciam forte resistência aos viajantes, bem como aos poucos donos de terras que iniciavam suas roças e criação de animais na região, mas, aos poucos foram sendo aldeados.

Em 5 de outubro de 1782, boa parte das terras da região da atual Vassouras passou a constituir “uma vasta sesmaria denominada “Vassouras e Rio Bonito” [que foi] concedida [...] a Francisco Rodrigues Alves e Luis Homem de Azevedo” (Raposo, 1978, p. 28). O nome Vassouras foi atribuído por conta de um arbusto existente em abundância na região e utilizado na confecção de vassouras.

Em fins do século XVIII quase já não vinha o ouro das Gerais. Por outro lado, há algum tempo e por todo o século XIX, muitas divisas da Coroa vinham da cultura do açúcar e da fabricação da cachaça. Mas outra monocultura aos poucos passou a ter peso na economia: na virada do século XVIII para o XIX o café estava com grande valor comercial para exportação. Sobre isso, Lessa (2005) relembra-nos que a produção cafeeira do Haiti, iniciada em 1715 e que em 1784 abastecia 50% do mercado mundial, havia decaído após a declaração de sua independência em 1791. Lessa nos dá dados numéricos sobre a crescente exportação do café proveniente de terras brasileiras nessa época: “[...] em 1796 há registro de uma exportação de 8.500 arrobas (uma arroba = 14,64kg) pelo porto do Rio de Janeiro. Pelo mesmo porto, em 1808, são exportadas 82.200 arrobas” (idem, p. 102)

Na passagem do século XVIII para o XIX a cultura cafeeira ocupava a baixada fluminense e o entorno da cidade do Rio de Janeiro²⁸⁵, mas, para atender às demandas da cidade cuja população crescera vertiginosamente após a vinda da família real para as terras brasileiras, pouco a pouco caminhou para as províncias do interior e o clima ameno, terras férteis, em escarpas e declives, praticamente virgens do Vale do Paraíba do Sul atendiam às necessidades dos cafezais.

Em consequência desse crescimento econômico da região, surge o Arraial de Vassouras nas proximidades da Estrada da Polícia que acabará se tornando, a partir de janeiro de 1833, a sede da antiga Vila de Nossa Senhora do Alferes e,

²⁸⁵ A interiorização da cultura cafeeira deu margem, de 1861/1864, ao reflorestamento da Mata da Tijuca (Lessa, 2005, p. 103), maior área replantada em perímetro urbano que possuímos e excelente ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro.

em setembro de 1859, passa à categoria de Cidade de Vassouras. É o auge da produção de café. Surgem os títulos de nobreza, a cidade passa a ser conhecida como a “Cidade dos Barões” e é tida como a capital econômica da Província do Rio de Janeiro, cujo porto passa a ser o maior exportador mundial de café.

Figura 1: Praça Barão de Campo Belo no centro de Vassouras cerca de 1860



(Fonte: Wikimedia Commons)

Se a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, já havia trazido inúmeras mudanças para estas terras, a partir da Independência estas alterações tornam-se substanciais para o país. Em 1822 fora extinta a concessão de sesmarias, e, apesar de estar proibido o tráfico de escravos desde 1831, foi em 1850 foi declarado o bloqueio do tráfico de escravos, o que acirrou a “procriação” de escravos (Matoso, 1978, p.44). Esses fatos, somados à crescente produção de café, aceleraram a concentração de capital nas mãos de fazendeiros da região de Vassouras, cuja habilidade política projetou-os no cenário político.

Vassouras serviu à história econômica do país desde a primeira metade do século XVIII, quando produzia anil, bicho da seda, abelhas, porcos, um pouco da cana de açúcar e recebia em algumas estalagens os tropeiros que traziam o ouro das Gerais para o Rio de Janeiro. Foi de seu solo que, no século XIX, os braços escravos retiraram o “ouro negro” dos barões do café. Foi do ventre de suas escravas que, em alguns casos e antes da Lei do Ventre Livre (Lei nº 2040 de 28.09.1871), vieram os lucros nas fazendas voltadas à procriação. Foi neste mesmo solo já saturado pela monocultura cafeeira que, nas primeiras décadas do século XX, imigrantes estrangeiros ainda colocaram seus projetos de vida.

Quando começou o enriquecimento de Vassouras “para cá [se] deslocam as novidades vindas da Europa. São as casas de moda, as companhias teatrais, os colégios para meninos e meninas, é claro” (Medeiros, 2002, p. 32). Timidamente as escolas começaram a surgir a partir de 1833.

A base legal para a instrução pública no Brasil do século XIX e a matemática

Apesar da Constituição de 1822 ter proclamado “em termos enfáticos a instituição de escolas primárias, de ginásio e as Universidades” (Peters e Gooman in Medeiros, 2002, p. 60), a primeira lei de ensino só surgiu em 1827. Essa lei mandou “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio” (Lei Imperial, de 15 de Outubro de 1827) e estabelecia normas para o seu funcionamento. Seriam escolas mútuas (método lancasteriano) e estabelecia o que caberia aos professores ensinar:

Art. 6º. Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. (idem)

Os conhecimentos matemáticos para as escolas de primeiras letras lá estavam demarcados. Como foram postos em prática?

A Lei, apesar de oferecer igualdade de vencimentos aos professores de ambos os sexos (Art. 13), dava direito ao estudo de meninas, mas lhes oferecia um ensino diferenciado, que lhes restringia a amplitude de conhecimentos matemáticos.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só ás suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos feitos na fórmula do art. 7º. (idem)

O Art. 7 estabelecia que os candidatos deveriam ser “examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho”, enquanto que no Art. 5, comentava que os professores já em exercício que se sentissem sem “a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitães” (idem).

Cria-se assim a necessidade de melhor formar os professores e a primeira escola normal do continente americano foi inaugurada em 1835, em Niterói (RJ).

A Lei nº 10, de 10 de Abril de 1835, que autorizava a criação “na Capital da Província do Rio de Janeiro huma Escola Normal para nella se habilitarem as pessoas, que se destinarem ao magistério de instrução primária”, seguindo os moldes da Lei de 1827, atribuía no Art. 2 ao diretor a missão de ensinar:

Primo: a ler e escrever pelo methodo Lancasteriano, cujos princípios theoricos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Arithmetica, quebrados, decimaes e proporções. Tertio: noções geraes de Geometria theocrica e pratica. Quarto: Grammatica de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geographia. Sexto: os princípios de Moral Christã, e da Religião do Estado. (Lei nº 10, de 10 de Abril de 1835)

Em relatório de 1º de março de 1836, elaborado por Joaquim José Rodrigues Torres, Presidente da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro (CRL, U814, 1936, p. 3), vê-se que tal escola “começou a ter exercício no fim de Outubro próximo passado, com a boa estrea de haver sido nomeado seu Director o Tenente Coronel José da Costa Azevedo” e que havia sido incluído no orçamento, além do ordenado do diretor e as gratificações dos dez alunos pensionistas e do aluguel da casa para aulas, uma quantia a ser destinada a “impressão e encadernação d’huma obra, que o Tenente Coronel Costa Azevedo se propõem traduzir para uso da Escola; a da impressão de suas lições de Arithmetica e Grammatica da Lingua Nacional aos discípulos d’ella” (idem, p. 5).

Para que se possa dimensionar a precariedade da instrução pública em fins da década de 1830 e o alcance da formação oferecida pela Escola Normal, vejamos o que nos informa o relatório do Conselheiro José Paulino Soares de Souza, em relação ao ano de 1839:

Vinte e cinco são as escolas publicas de primeiras letras que hoje existem na Provincia, das quais quatro são de meninas. Dos 21 professores existentes, 10 forão alumnos da escola normal e 18 sómente se achão em exercicio, visto que os de Itaborahy, Barra Mansa e Pirahy ainda não abrirão as suas escolas, o que terá lugar brevemente. Das quatro escolas de meninas, huma a de Angra dos Reis, ha pouco provida ainda não foi aberta. [...] As 21 hoje em exercicio, são freqüentadas por 853 meninos e 76 meninas que perfazem a totalidade de 929 Alumnos. [...] A Escola Normal já tem produzido 13 Alumnos, que fizerão exame, tendo 12 entrado, em concurso. Dez estão providos em cadeiras de instrução primaria, como acima disse, e 3 recusarão, depois de promptos, seguir carreira do magistério” (CRL, 770BN, 1939, p. 33-35).

Nesse relatório existe uma previsão de 48\$000 reis para a compra de doze livros de geometria de Vilella Barboza a serem usados na Escola Normal. Essa Escola existiu até 1851.

De março de 1874 a dezembro de 1875 aconteceu uma segunda tentativa de se criar um novo local para a formação de professores. Era de caráter particular e subvencionada pelo governo tendo o nome de Escola Normal Livre do Município Neutro do Rio de Janeiro.

Em 1876, através do decreto nº 6.379, o Ministro do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, tentou instalar Escolas Normais públicas e estatais: uma, em regime de externato, para professores e outra, em regime de internato, para professoras primárias. Mas a Escola Normal pública e gratuita concretizou-se somente em 1880.

Por meio do decreto nº 8.025 de 16 de março de 1881 ficou estabelecido que:

Artigo 1º: A Escola Normal tem por fim preparar professores primários de 1º e 2º graus: o ensino nela distribuído será gratuito, destinado a ambos os sexos, e compreenderá dois cursos – o de ciências e letras e o de artes.

Artigo 2º: O curso de Ciências e Letras se comporá das seguintes matérias: Instrução Religiosa, Português, Francês, Matemática Elementar, Corografia e História do Brasil. Cosmografia, Geografia e História Geral, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Lógica e Direito Natural e Público. Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia.

Artigo 3º: O curso de Artes abrangerá as seguintes disciplinas: Caligrafia e Desenho Linear, Música Vocal, Ginástica, Trabalhos de Agulha (para alunas). (DECRETO nº 8.025, 16/03/1881, art. 1º, 2º e 3º)

(Martins, 2009, p. 8-9)

O Art 2º do Decreto nº 8.025, de 16/03/1881, mais uma vez, demarca espaço para os conhecimentos matemáticos na formação desse professor que atuará na escola elementar. Ao se analisar o Art 7º desse Decreto, que estabelecia as matérias que seriam propostas no currículo da Escola Normal, vê-se a indicação de uma matemática para além da que seria ministrada na escola de primeiras letras: se *Aritmética: estudo completo, teórico e prático* estava como uma das quatro cadeiras da primeira série, na segunda série, tinha-se como uma das quatro cadeiras, a de *Álgebra, geometria e trigonometria: Álgebra até equação do 2º Grau a uma incógnita inclusive. Geometria elementar, estudo completo; exercícios e problemas; noções de trigonometria retilínea* (Silveira, 1954).

Ano a ano, ao se acompanhar os relatórios da Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro se observa o fluxo de escolas que eram abertas e outras fechadas em cada Município, mas há o registro, no relatório de 1881 (CRL, 813BN, 1881, p. 20-21), de que nesse ano houve um aumento de cerca de 65% no número de escolas, pois foi “concedida subvenção a 21 escolas para o sexo masculino e a 10 para o sexo feminino” (sendo uma de cada sexo no Município de Vassouras), perfazendo um total de 79 escolas subvencionadas em toda a Província.

Vestígios da matemática nas escolas de Vassouras do século XIX

Em relação à Comarca de Vassouras, Raposo (1978, p. 36) fala-nos que, em 1833 “foi introduzido por determinação da Regência o estudo de Aritmética nas escolas primárias, conforme se verifica de um ofício existente no arquivo da Câmara Municipal”.

As dificuldades existentes para a educação no resto do país se repetiram nesta região. Matoso transcreve-nos um trecho elaborado por uma das comissões presentes à sessão da Câmara de Vassouras em 7 de maio de 1836:

Tendo subido o número de casas, dizia o parecer, a mais de mil e trezentas, seria bastante que houvesse em cada uma delas uma só criança em idade de receber instrução, para que se contasse no município para mais de mil trezentos meninos em idade de aprender e no entanto só vinte e oito dessas crianças é que estão estudando, e mesmo em aulas particulares. (Matoso, 1978, p. 43).

A dificuldade dos baixos salários e a grande distância entre as escolas eram fatores que dificultavam a criação de novos núcleos de ensino. O despreparo dos professores e a filosofia vigente de um ensino mnemônico predominavam.

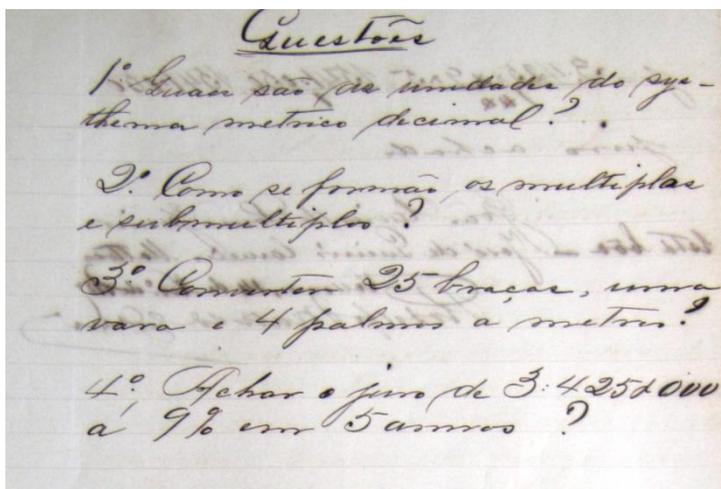
Dentre as experiências significativas registradas na história da educação de Vassouras há o da existência de um grande colégio para meninos – o Colégio Fernandes: fora criado em 1854 e, ao longo dos seus onze anos de existência, atendera a 250 alunos oriundos de várias localidades. “Aí se ensinavam as primeiras letras, caligrafia, geografia, desenho, latim, francês, inglês, música, filosofia, retórica, francês (conversaço), piano, canto e todos os preparatórios” (Medeiros, 2002, p. 74). Observe-se que, mesmo existindo segundo Matoso (1978, p. 36) “a determinação da Regência o estudo de Aritmética nas escolas primárias” desde 1933, mesmo no famoso Colégio Fernandes não aparecia explicitado o seu ensino.

Traçado o cenário da instrução pública na Província do Rio de Janeiro e particularmente, na cidade de Vassouras, mesmo que de forma breve, passemos à transcrição de algumas das fontes encontradas no APSMEV até o presente momento.

Documento de 1887:

Provas que foram aplicadas por uma comissão "nomeada pela Camara Municipal de Vassouras para examinar o Senhor João Xavier de Sousa Junior, pretendente a uma das escolas subvencionadas pela mesma Camara". O documento está datado de 14 de novembro de 1887 e é assinado por José Queirós Carneiro Mattoso e Rodolfo Monsoro Carneiro. As provas são de "arithmetica, inclusive systema metrico, portugues, doutrina". Eis as questões propostas ao candidato:

Figura 2 – Prova de “arithmetica e systema métrico” de exame de seleção para professor (novembro de 1887). Fonte: APSMEV, IPHAN, Vassouras.



Transcrição do documento:

- 1º Quais são as unidades do systema métrico decimal?
- 2º Como se formão os múltiplos e submúltiplos?
- 3º Converter 25 braças, uma vara e 4 palmos a metros?
- 4º Achar o juro de 3:425\$000 a 9% em 5 annos?

Das quatro questões, três envolviam o sistema métrico. O cruzamento de tais informação com o que temos sobre o processo de implantação desse conteúdo, nos mostra como ele vinha sendo apropriado pela cultura escolar.

Em Zuin (2007) há um exaustivo trabalho de pesquisa que nos aponta o quão lento e penoso foi o percurso de inserção desses conhecimentos nas escolas do Brasil e de Portugal. Um primeiro livro brasileiro (1832) acenava com as mudanças trazidas pelo sistema de unidades francesas, que lá fora oficializado em 1801. A Lei Imperial nº 1157, de 1962, oficializara o uso desse sistema de medidas no Brasil, o que foi corroborado por um Regulamento em 1872, mas o povo não aceitava tais mudanças. As reações adversas se faziam presentes: a chamada Revolução do Quebra-Quilo (1871-1974), agitava o Rio de Janeiro e vários estados do nordeste.

Como se vê, apesar de todo esse embate de forças, treze anos depois desses movimentos populares, temos nesse documento uma prova de quanto era valorizado esse saber junto ao professorado e provavelmente junto aos alunos.

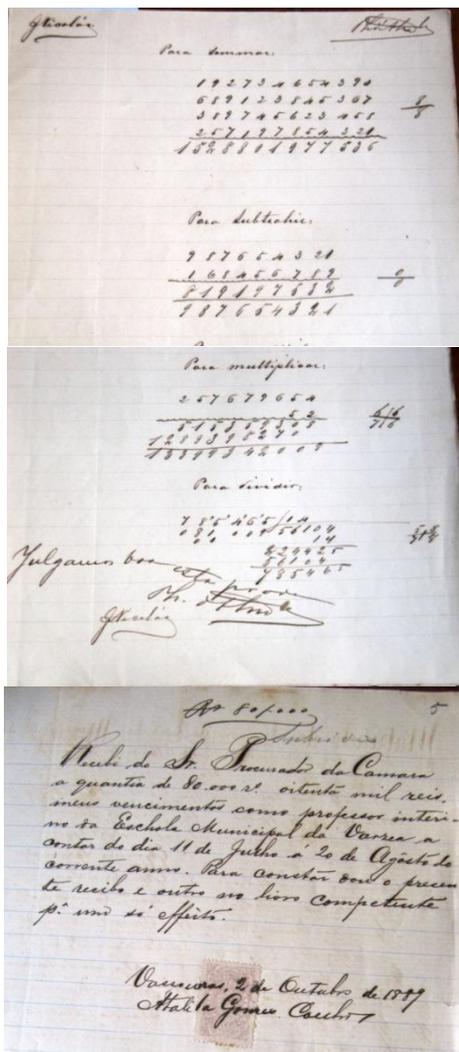
Documento de 1888:

Provas aplicadas a outro candidato, em 1888. A prova de aritmética constou de quatro contas (enormes) e, ao lado vê-se que o candidato usou a "prova dos nove". No parecer dos avaliadores consta que o candidato "foi arquido em doutrina cristã, grammatica, analyse, arithmetica, contabilidade e systema metrico". O parecer é datado de 2 de janeiro de 1888, mesma data em que foi dado entrada no pedido para que houvesse o exame.

Com apenas um ano de diferença, percebe-se que o instrumento de avaliação aqui usado estava valorizando outras habilidades. Nada se cobrou a esse candidato além da habilidade de cálculo!

Como na coleta de fontes não estamos nos atendo apenas às provas, houve a oportunidade de se registrar como se dava o processo de pagamento desses professores subvencionados.

Figura 3 – Prova aplicada em exame de seleção para professor, folhas 1 e 2 (2 de janeiro de 1888). Fonte: APSMEV, IPHAN, Vassouras



Transcrição do documento:

Rs 80 000

Subsidiado

Recebi do Sr Procurador da Camara a quantia de 80.000 rs oitenta mil reis, meus vencimentos como professor interino da Eschola Municipal da Varsea a contar do dia 11 de Junho à Agôsto do corrente anno. Para constar dou o presente recibo e outro no livro competente para um só effeito.

Vassouras, 2 de Outubro de 1889

Figura 4 – Recibo de pagamento, correspondente ao período de 11/7 a 20/8/1889, datado de 1/10/1889. Fonte: APSMEV, IPHAN, Vassouras

Ao longo da coleta de documentos percebemos que, com a Proclamação da República (15/11/1889), houve a mudança da responsabilidade da educação da Câmara Municipal para um Intendente da Instrução Pública. Muda também o tratamento usado pelos emissores ao redigir os ofícios: estes não eram mais endereçados ao “Ill^{mo} Ex^{mo} Snr Presidente e Membro da Camara Municipal de Vassouras” e simplesmente ao “Cidadão”, sendo este o “Cidadão Intendente da Instrução Publica Martinho Leopoldo Nobrega”, como aparecia no final do documento.

Documento de 1889:

Mapa de frequência trimestral com a "Matrícula dos alumnos da Eschola Municipal de Massambará de 21 de Agosto à 30 de Setembro de 1889" (23 alunos de 7 a 14 anos e o professor era Ataliba Gomes Coecho). Consta o visto do inspetor e o pague-se. Destaque-se que dos 23 alunos da pauta, apenas 8 possuem sobrenome e, ao lado do nome dos demais, aparece a palavra “liberto”. O mesmo acontece na coluna pais ou tutores. É interessante observar que na coluna "Gráu de instrução nas epochas das matrículas" vê-se 1 na 1ª série, 6 na 3ª série e os demais na 4ª série.

Documento de 1890:

Relação dos pertences da escola de S. Domingos em Mata-Cães
5 cadeiras de pau em mau estado
1 meza com 3^m,7 de comprimento e 1^m,3 de largura, em bom estado.
2 bancos de mesmo comprimento, sem encosto e no mesmo estado.
3 outros de 1^m,5 dous dos quais em mau estado
1 taboa para calculo de 1^{m²} também em bom estado
1 relógio de parede já desconsertado e em mau estado quando tomei conta desta escola
Todos estes pertences foram dados à escola, há mais de doze annos pelo seu fundador.
5 louzas pequenas fornecidas a 25 de Novembro ultimo pela Camara Municipal
Mata-Cães, 15 de Janeiro de 1890
O professor
Francisco Moreira de Vasconcellos

O símbolo m está escrito exatamente em cima da vírgula existente entre o 3 e o 7. Em todas as outras medidas lineares este tipo de registro se mantém nessa posição. Da mesma forma, o símbolo m² está escrito como expoente do algarismo 1.

Através do que já foi analisado até agora (1869 a 1890) é-nos possível listar vários autores de compêndios de aritmética que circulavam naquela região, como os de aritmética de Backer, o que abre outras possibilidades de pesquisa em História da Educação Matemática, como, por exemplo, compará-los com os manuais didáticos já analisados por Valente (2007) ou outros manuais americanos²⁸⁶ e franceses.

Considerações finais

Pelos exemplos e comentários que trouxemos tem-se a dimensão do material a ser costurado a outras fontes, a fim de que tenhamos condições de tecer uma versão consistente do que era a escola e o fazer docente em relação à matemática, ao longo do século em que se está mergulhando a pesquisa.

O cruzamento de dados históricos de toda ordem, que está sendo iniciado, tende a se encorpar ao longo do desenvolvimento do projeto, o que só trará maiores possibilidades de produzirmos uma história sobre o contar na escola de primeiras letras.

Como vimos, mesmo a Câmara de uma região do interior da Província do Rio de Janeiro, seguia as orientações e trâmites burocráticos sinalizados pela legislação da capital. Pelos relatórios e inventários encontrados no APSMEV, como é o caso do relato do Professor Francisco Moreira de Vasconcelos, da escola de Mata-Cães, percebe-se que eram precaríssimas as condições de trabalho dos professores que assumiam estas escolas mútuas subvencionadas.

Quanto aos dois exemplos de provas aplicadas pela Câmara de Vassouras na seleção de professores, em 1887 e 1988, vê-se que não havia padrão ou formatação para essa elaboração. É verdade que atendiam a itens que constavam da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, pois, de alguma forma, lá estava algo sobre “as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais gerais de geometria pratica”, mas são dois exemplos díspares. O primeiro exemplo cobrava conhecimentos tidos como atuais a época, postos em nível mais elaborado e aplicado. Já o exame aplicado ao candidato de 1888 envolvia apenas a arte de calcular, embora lhe fosse cobrado em forma dos conhecidos “carroções”: aqui importava se ter um professor apenas hábil em contas.

Com a pesquisa histórica abre-se a possibilidade de apontar finalidades, metodologia e conteúdos do ensino de matemática postos por cada sociedade a cada tempo, o que prova que a cultura escolar muda, miscigenada às demais culturas e no fluxo dos acontecimentos.

Referências bibliográficas

ENFERT, R. (2003) *L'enseignement mathématique à l'école primaire – de la Révolution à nos jours – Textes officiels*. Tome 1: 1791-1914. Paris: INRP.

²⁸⁶ Há vários deles, como e-books, disponibilizados pelo *Harvard science and math textbooks preservation microfilm project*.

- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL)(1836). Provincial Presidential Reports (1830-1930). Província do Rio de Janeiro. U814. s/ título. 1º de março de 1836. (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u814/>).
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL) (1839). Provincial Presidential Reports (1830-1930). Província do Rio de Janeiro. 770BN. Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2.a sessão da 2.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Nitheroy Typ. de Amaral & Irmão, 1851. (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/770/>).
- CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES (CRL) (1881). Provincial Presidential Reports (1830-1930). Província do Rio de Janeiro. 813BN. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura em 8 de agosto de 1881 pelo presidente, dr. Martinho Alvares da Silva Campos. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881. (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/813/>).
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2004). Ouro, Café, Açúcar, Sal. Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis: desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, Inepac, Sebrae, Unesco. ([www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../\\$FILE/NT0003612E.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/.../$FILE/NT0003612E.pdf)).
- JULIA, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, SP. SBHE/Editora Autores Associados. Jan/jun. nº 1.
- LEI IMPERIAL, de 15 de outubro de 1827. D. Pedro I manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Joaquim Jose Lopes a fez. (www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_19.pdf).
- LEI nº 10, de 10 de Abril de 1835. Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, creando na Capital dsta Província huma Escola Normal, para nella se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério de instrução primária, e os Professores atualmente existentes, na forma acima declarada. (http://www.infoiepic.xpg.com.br/hist_ato10.htm).
- LESSA, C. (2005). O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- MARTINS; A. M. S. (2009). Breves Reflexões sobre as Primeiras Escolas Normais no Contexto Educacional Brasileiro, no Século XIX. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 173-182, set.2009 - ISSN: 1676-2584. (http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art12_35.pdf).1/2011.
- MEDEIROS, M. A. M. (2002). Vassouras e a educação: marcas de um tempo. Rio de Janeiro: Sotese.
- RAPOSO, I.(1978). História de Vassouras. Niterói: SEEC.
- SILVEIRA, A. B. (1954). História do Instituto de Educação. Distrito Federal: Instituto de Educação.
- SYLVIO ADALBERTO (2002) O Mito dos Coroados. In Jornal de Petrópolis: 13/04-19/04/2002. Ano 5, nº 280. (http://www.ihp.org.br/colecoes/lib_ihp/docs/sa20020405.htm).
- VALENTE, W. R. (2007). Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930. 2ª edição. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- ZUIN, E. (2007) Por Uma Nova Arthmetica: o systema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado em Educação Matemática. PUC-SP.